



SENADO FEDERAL

Conselho de Transparência e Controle Social

ATA DA 14ª REUNIÃO DO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL DO SENADO FEDERAL, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2015

Às 12 horas, do dia 25 de novembro de 2015, na sala de reuniões da Secretaria de Transparência, foi realizada a 14ª reunião do Conselho de Transparência e Controle Social, do Senado Federal.

Presentes: Elga Mara Teixeira Lopes, diretora da Secretaria de Transparência e Controle Social do Senado Federal (STRANS) e presidente do colegiado; Carla Mendes de Jesus e Breno Andrade, representantes da Secretaria de Gestão de Informação e Documentação (SGIDOC); Edna de Souza Carvalho, diretora-adjunta e representante da Secretaria de Comunicação (SECOM), Inaiara de Souza Golob, da Coordenação de Relacionamento com o Cidadão/Ouvidoria; Natália Paiva, representante da ONG Transparência Brasil, e Jesus Chediak, representante da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). O conselheiro Caio Magri, do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, impossibilitado de comparecer, justificou a ausência.

1. Apresentação da pauta

A reunião foi aberta pela presidente do Conselho, Elga Lopes, informando que o tema principal da pauta seria a validação do projeto do Índice de Transparência, que esteve aberto em consulta pública de 5 a 31 de outubro e que as contribuições foram todas registradas e processadas pelos técnicos da STRANS. Das 44 contribuições recebidas, 24 continham elogios e parabéns pela iniciativa, outras foram rejeitadas por motivos distintos – já estavam contempladas no projeto ou não tinham embasamento legal; 13 foram acatadas e 5, por sugestão do conselheiro Caio Magri/Instituto Ethos, seriam submetidas ao Conselho, na reunião em curso.

2. Aprovação de ata da reunião anterior

Antes de iniciar o processo de apresentação e discussão das questões pendentes sobre o Índice, a ata da reunião anterior foi lida e aprovada por todos.

3. Apresentação dos resultados da Consulta Pública sobre o Índice de Transparência Legislativa

A presidente do Conselho passou a palavra ao servidor Marcos Ruben, coordenador responsável pelo projeto do Índice, para a apresentação das questões pendentes de decisão que, por sugestão do conselheiro Caio Magri, foram submetidas aos conselheiros.

- Sugestão do cidadão Leonardo Pádua Costa para que seja desenvolvido e disponibilizado um “site/sistema” capaz de facilitar a aplicação do índice. Marcos propôs que a sugestão fosse encaminhada ao PRODASEN para estudo e parecer técnico sobre a possibilidade de viabilizar a sugestão. O que foi aprovado por unanimidade. O senhor Breno Andrade (SIC LAI/SGIDOC) questionou se, em distintas aplicações do Índice, não poderão surgir



SENADO FEDERAL

Conselho de Transparência e Controle Social

resultados diferentes, ao que o senhor Marcos explicou que a mensuração é a mais objetiva possível, mas, como em toda medição não numérica, há a possibilidade de resultados distintos, a depender do avaliador. A conselheira Edna (SECOM) sugeriu informar ao cidadão sobre cursos para promoção da transparência disponíveis às Câmaras Municipais e Assembleias pelo Interlegis.

- Sugestão da cidadã Sheila de Oliveira Goulart para mudança na escala de medição proposta no índice – de A, B, C e D para suficiente, alta, baixa, relativa, suficiente... etc. Os conselheiros aprovaram proposta de Elga e Marcos para que seja mantida a escala alfabética, visto que a proposta do Índice é incentivar a cultura de transparência, fazendo com que os órgãos legislativos procurem aperfeiçoar seus mecanismos de transparência.
- Sugestão da cidadã Grazielle David pede “participação popular em votações no plenário e na campanha”. Sugestão não acatada por unanimidade sob a alegação de que os parlamentares são eleitos justamente para votarem em nome de seus eleitores.
- Sugestão da cidadã Luciana Silveira Claudino pede que seja disponibilizada avaliação de produtividade de servidores do Senado para medição no Índice. Sugestão rejeitada por unanimidade porque considerada inviável.
- Sugestão do cidadão Sylvio Ricardo da Silva pede inclusão da obrigatoriedade de publicação na íntegra de todos os processos licitatórios digitalizados. Sugestão rejeitada unanimemente também por inviabilidade.

Conselheira Natália fez sugestões de acréscimos para ampliação e aperfeiçoamento em 3 dos indicadores. No 2.2.2 (dimensão transparência administrativa/ subdimensão licitações e contratos), pediu seja incluído no critério totalidade itens que permitam a busca usando diferentes características do contrato, como CNPJ, nome da empresa, objeto do contrato, etc. A sugestão foi acatada e a conselheira ficou responsável por indicar esses novos “filtros” de busca. No indicador 1.7.3 (dimensão transparência legislativa, subdimensão parlamentares) que, além da presença em plenário, seja também incluída a presença dos parlamentares em Comissões. O que foi acatado por todos. No indicador 2.6.1 (dimensão transparência administrativa, subdimensão gastos dos parlamentares) seja acrescentado no critério totalidade, além de verbas indenizatórias, seja também avaliada a divulgação de quaisquer outros benefícios recebidos por parlamentares. Sugestão acatada por unanimidade.

Foi definido que, para a validação final, depois de consolidadas pelos servidores responsáveis pelo projeto, todas as propostas acatadas serão novamente encaminhadas aos conselheiros, por meio eletrônico, com prazo definido para devolução do material com observações, eventuais dúvidas ou sugestões de alterações. O que deverá ocorrer até meados de dezembro.

Foram debatidas formas para dar-se divulgação e visibilidade ao Índice e assim disseminar sua aplicação pelas Casas legislativas brasileiras. O conselheiro Jesus Chediak propôs que, em 2016,



SENADO FEDERAL

Conselho de Transparência e Controle Social

seja realizado na sede da ABI, no Rio de Janeiro, Seminário sobre Transparência e a aplicação do Índice em questão. Jesus propôs ainda que os demais representantes da sociedade civil no Conselho – Transparência Brasil e Instituto Ethos, ambos com sede em São Paulo, também realizem eventos semelhantes, com o mesmo propósito. O que foi acatado por todos.

Elga propôs levantar junto ao Interlegis futuros eventos, envolvendo organismos de legislativos e/ou judiciário, estaduais e municipais, onde possa ocorrer também apresentação do Índice de transparência.

4. Outros assuntos

Natália sugeriu que o Conselho seja ampliado para abrigar representantes de outras entidades civis ligadas à Transparência, como Observatório Social e Artigo 19. A sugestão foi acatada por todos, ficando a presidente do Conselho encarregada de verificar possibilidade da mudança de acordo com o previsto no estatuto de criação do Conselho, para debate em próxima reunião.

5. Definição de data para a próxima reunião

O item final foi a definição da primeira reunião do Conselho em 2016, que ficou marcada para 16 de março, a ser confirmada em data mais próxima.

Senado Federal, 25 de novembro de 2015.

Elga Mara Teixeira Lopes

Carla Mendes de Jesus

Edna de Souza Carvalho

Inaiara de Souza Golob

Natália Paiva

Jesus Chediak